

QUESTÕES METODOLÓGICAS QUE CERCAM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PSICOLOGIA - O CASO DAS PESQUISAS SOBRE LOCUS DE CONTROLE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
Universidade Federal da Bahia

RESUMO - O trabalho discute algumas questões que cercam a produção científica em Psicologia, tomando como foco de análise os estudos que relacionam a variável *locus de controle* (Rotter, 1966) com vários produtos e características do contexto organizacional. Uma amostra de 23 relatos de pesquisa foi analisada com o objetivo de identificar as decisões metodológicas básicas que caracterizam os estudos na área e os seus principais problemas. Tais características foram confrontadas com os imperativos metodológicos que embasam a Análise Experimental do Comportamento (Sidman, 1974 e Johnston e Pennypacker, 1980), ma-peando-se os pressupostos epistemológicos que marcam as duas tradições de investigação na Psicologia. Discute-se a possibilidade dos impasses que cercam a pesquisa atual sobre *locus de controle* serem minimizados observando-se algumas recomendações metodológicas e de postura do investigador oriundas da Análise Experimental do Comportamento.

Palavras-chave: locus de controle, comportamento organizacional, estratégias de pesquisa.

METHODOLOGICAL QUESTIONS REGARDING PSYCHOLOGICAL RESEARCH - THE CASE OF RESEARCH ON LOCUS OF CONTROL WITHIN THE ORGANIZATIONAL CONTEXT

ABSTRACT - This work discusses some questions concerning scientific production in Psychology, taking as its focus of analysis studies that relate the variable *locus of control* (Rotter, 1966) with various products and characteristics of the organizational context. A sample of 23 research reports was analysed with the objective of identifying the basic methodological decisions and problems wich characterize the studies in

Endereço: SQN 309, Bloco H, Apto 406 - 70755 Brasília, DF

Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, 1992, Vol. 8, N° 1, pp.
1-20

the area. These characteristics were compared with the methodological imperatives that undergird the Experimental Analysis of Behavior (Sidman, 1974; Johnston & Pennypacker, 1980). This comparison made it possible to identify the epistemological propositions that distinguish investigatory traditions in Psychology. The article discusses the possibility of minimizing the problems that envelope current research on the *locus of control* and offers some recommendations pertaining to the methodology and posture of investigator working with Experimental Analysis of Behavior.

Key-words: locus of control, organizational behavior, research strategies.

O estudo do comportamento dos indivíduos nas organizações e o comportamento das próprias organizações têm se constituído em um distinto campo de pesquisa - *comportamento organizacional*. Múltiplas têm sido, entretanto, as considerações críticas quanto à produção científica da área.

Embora reconhecendo que o crescimento dessa disciplina tem se dado tanto no plano teórico como no metodológico, Freeman (1986) ressalta que a qualidade dos dados em que se apoia a construção do conhecimento não tem se aprimorado na mesma velocidade: as amostras são pequenas, não atendendo aos critérios de representatividade (*amostras de ocasião*) e as medidas não permitem comparabilidade entre estudos; assim, ainda não é possível fazer generalizações legítimas acerca de como as organizações trabalham, quando mudam ou as consequências de uma determinada forma de se organizar sobre as outras (Freeman, 1986, p. 298). Daft (1984) afirma que a pesquisa sobre comportamento organizacional tem sido vista como limitada, e seus resultados como pouco interessantes e significativos, pois os problemas escolhidos muitas vezes já foram investigados ou são triviais.

Atribui-se parcela desses problemas ao caráter aplicado da área como um todo. Para Dubin (1976) as pressões no sentido de que as investigações gerem resultados positivos para as organizações dificultam a tarefa de construção/integração teórica. Numa outra perspectiva, Lundberg (1984) afirma que o campo do comportamento organizacional, hoje, tem se tornado rapidamente complexo, custoso e excessivamente formalizado. Dever-se-ia alterar, via treinamento de pesquisadores, a ênfase dada mais ao teste do que à criação de hipóteses, de forma a se conciliarem os objetivos de rigor metodológico e *significância fenomenológica* (p. 37).

Uma compreensão mais abrangente dos problemas que cercam o campo advém, certamente, da análise do seu caráter interdisciplinar. Como afirma McGrath (1979), por caracterizar-se como uma área de encontro para profissionais com *backgrounds* próprios (sociólogos, psicólogos, engenheiros, entre outros), a área é marcada por grande diversidade de conceitos, termos e métodos de estudo. Se isso, por um lado, assegura um crescimento pluralístico e evita a estagnação conceitual, por outro lado cria problemas de comunicação e afeta o próprio desenvolvimento do conhecimento. Essa pluralidade é apresentada, também, por Staw (1984) ao caracterizar as duas vertentes que, paralelamente e sem tentativas importantes de integração, compõem o campo: o estudo do *comportamento micro-organizacional*, cujas raízes se

encontram na Psicologia e se caracteriza por uma abordagem empiricista, com reduzida ênfase na construção teórica; e o estudo do *comportamento macro-organizacional* que, ancorado na tradição de estudos sociológicos, econômicos e políticos são predominantemente teóricos e menos preocupados com aplicação. Para o autor, tal diversidade conduz a tensões internas, gerando focos diferenciados para teoria e pesquisa que levam a perspectivas distintas na condução das pesquisas.

À natureza interdisciplinar e à ausência de um paradigma dominante - como nas demais ciências sócio-comportamentais, pode-se creditar, assim, a existência de diferentes modelos de investigação que se apoiam em pressupostos epistemológicos bastante divergentes.

Para White (1986), os filósofos pós-empiricistas identificam três modelos de pesquisa social: a pesquisa positiva, a interpretativa e a crítica. A pesquisa *positiva* insere-se na tradição filosófica do positivismo e tem como meta a construção de teorias (conjunto de leis testáveis que estabelecem relações causais entre variáveis) que permitam a explicação e controle dos eventos. A pesquisa *interpretativa* procura ampliar a compreensão das situações sociais, inclusive para as pessoas nelas envolvidas, identificando os significados que os atores atribuem às suas situações, às suas próprias ações e às ações dos outros. A pesquisa *crítica* é parte da tradição fenomenológica e, com base na auto-reflexão, procura trazer à consciência os determinantes inconscientes das ações e crenças dos indivíduos (White, 1986, pp. 16-17). Para o autor, os três modelos podem contribuir para o crescimento do conhecimento e este deve ser julgado com base em critérios e regras que caracterizam cada modelo de investigação.

Tal classificação fornece uma visão geral do amplo espectro em que se distribuem os estudos na área organizacional, ficando explícito o nível em que tais modalidades de pesquisa se distanciam em termos do que é fazer ciência e da própria natureza do fenômeno investigado.

Foge ao escopo do presente trabalho abranger as divergências explícitas entre as categorias apresentadas acima, até porque, na área escolhida como foco para a análise - o estudo sobre *locus de controle* - tal diversidade não se manifesta. Na realidade, todavia, sob o rótulo de *pesquisa positiva* esconde-se uma variedade significativa de padrões metodológicos de condução de pesquisa; exemplo dessa variedade encontra-se nas discussões que cercam, no âmbito da psicologia, os denominados *método teórico-formal* e *método teórico-informal* (Bachrach, 1975). Ou seja, mesmo dentro de uma tradição que define a atividade científica como a busca de explicação e controle dos fenômenos naturais e sociais, existem diferenças quanto ao papel da teoria, aos mecanismos de controle na produção do conhecimento, instrumentos de mensuração e uma série de outras características que decorrem de distintas definições do objeto de estudo. Tais divergências criaram tradições de pesquisa psicológica bastante consolidadas, sendo também reduzidas as tentativas de colocá-las em perspectiva e analisar as possibilidades de integração dos produtos que geram.

No presente trabalho, tomando-se a produção científica sobre as relações entre *locus de controle* e variáveis organizacionais - o que insere a questão no campo do comportamento organizacional, pretende-se:

a) analisar as características dominantes nesses estudos, identificando-se os principais problemas metodológicos que cercam essa produção científica;

b) confrontar o padrão metodológico descrito com a concepção de ciência e seus decorrentes imperativos metodológicos que caracterizam a análise experimental do comportamento; e

c) discutir a possibilidade de novas abordagens teórico-metodológicas virem a incrementar o desenvolvimento dos estudos sobre *locus de controle* no contexto organizacional.

O ESTUDO SOBRE *LOCUS DE CONTROLE* NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL - CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DOMINANTES

Tendo como base a teoria de aprendizagem social proposta por Julian Rotter em 1954, o próprio autor e colaboradores desenvolveram, na década de 60, o conceito de *locus de controle*. Segundo Phares (1976, em Spector, 1982) tal conceito procurava explicar a tendência de alguns indivíduos a ignorar as contingências de reforçamento. Tal falha em responder como previsto foi atribuída a "uma expectativa generalizada de que as suas próprias ações não levariam às recompensas ou a evitar a punição" (Spector, 1982, p. 482). Como afirma Rotter (1975), "nós estávamos interessados em uma variável que pudesse corrigir ou nos ajudar a refinar nossa predição de como os reforçamentos alteram as expectativas" (p. 56).

O construto *locus de controle* refere-se, assim, a uma expectativa generalizada do indivíduo sobre a medida em que os seus reforçamentos estão sob controle *interno* (esforço pessoal, habilidade, iniciativa) ou *externo* (outras pessoas, estruturas sociais, sorte ou fatalidade) (O'Brien, 1984).

O conceito proposto por Rotter em 1966, juntamente com o instrumento para mensurá-lo (uma escala de 29 itens de escolha forçada em que o respondente pode escolher entre duas alternativas - uma indicadora de externalidade, outra de internalidade), teve grande impacto científico. Foram gerados, nas diversas áreas da psicologia, inúmeros estudos que utilizaram o conceito ora como antecedente de outros eventos, ora como objeto de investigação em si, ora desenvolvendo, validando e/ou refinando instrumentos para medi-lo.

Nas áreas educacional e clínica encontra-se a maioria dos trabalhos sobre *locus de controle*. Todavia, cedo o conceito passou a integrar modelos explicativos de diversos fenômenos relacionados com o mundo do trabalho. Nos anos iniciais da década de 80, Spector (1982) e O'Brien (1984) apresentam duas revisões em que resumem os principais achados e apontam os problemas e perspectivas que cercam as pesquisas na área. O trabalho de O'Brien (1984) é estruturado nos seguintes tópicos: (a) escolha profissional e planejamento de carreira; (b) realização ocupacional e desempenho no trabalho; (c) estrutura do trabalho, resposta afetiva e *impotência* (*powerlessness*) e, (d) trabalho e não-trabalho (desemprego, aposentadoria). Spector faz uma revisão das relações entre *locus de controle* e as seguintes variáveis organizacionais: motivação, teoria da expectativa, desempenho na tarefa, satisfação no trabalho, liderança, características da tarefa, tensão e rotatividade. Tais tópicos deixam clara a abrangência dos fenômenos organizacionais que têm sido investigados como correlacionados e/ou afetados pela variável *locus de controle*.

A análise que se apresenta aqui difere dos trabalhos citados não só na

abrangência da revisão empreendida, como, sobretudo, por focar exclusivamente os seus aspectos metodológicos.

A amostra de trabalhos analisados

Tendo em vista o objetivo do presente estudo, selecionou-se uma amostra de 23 relatos de pesquisa para efeito de análise. No processo de seleção observou-se como critérios a distribuição dos trabalhos ao longo do tempo com ênfase nos anos mais recentes não cobertos pelas revisões citadas, a abrangência dos fenômenos organizacionais estudados e a diversificação de metodologias.

Tais critérios levaram à exclusão da amostra de um conjunto significativo de pesquisas que se voltam, exclusivamente, para a elaboração/validação de instrumentos de medida; esse subgrupo de estudos focaliza, sobretudo, a complexa questão da dimensionalidade do construto e dos instrumentos disponíveis (ver Dubois, 1985; Furnham e Henry, 1980; Pettersen, 1987; Palenzuela, 1984; Duffy, Shiflett e Downey, 1977; Brewin e Shapiro, 1984) e para propostas de novas escalas mais específicas para mensurar *locus de controle* na situação de trabalho (Furnham, 1986; Pettersen, 1987; Spector, 1988).

No Anexo 1 encontram-se as referências dos artigos analisados, a que foram atribuídos números, para efeito de citação nos segmentos seguintes deste trabalho.

Procedimento de análise dos trabalhos

A ênfase nas soluções metodológicas encontradas pelos investigadores para os seus problemas de pesquisa, mais do que no *conteúdo* e *resultados* obtidos, é um corte decorrente dos objetivos deste trabalho. Assim, em cada estudo analisou-se:

- a *conceitualização do problema investigado*, (problemas, hipóteses, variáveis e definição, com destaque para a função da variável *locus* de controle na pesquisa)
- o *delineamento empregado*, (natureza das relações estudadas e dos dados obtidos e o poder explicativo do delineamento)
- as *decisões técnicas* (os instrumentos para coleta de dados e os procedimentos de análise).

As características metodológicas dos trabalhos (resultados)

Três categorias de delineamentos de pesquisa parecem cobrir toda a variedade de estudos na área. Trata-se dos modelos de *corte-transversal*, *longitudinais* e *experimentais*. A descrição dos estudos será, a seguir, apresentada nestes três grandes grupos.

Um primeiro tipo e no qual se insere a maioria dos trabalhos pode ser chamado de *corte-transversal (cross-sectional)*. Trata-se de estudos que permitem uma "descrição 'instantânea' da frequência de certos atributos... dos indivíduos componentes de uma população definida" (Almeida Filho, 1989) e correspondem aos 14 primeiros trabalhos do Anexo 1.

Os *problemas* investigados, que em tais estudos se voltam para o estabelecimento de relações entre variáveis, não oferecem evidências de vínculos causais entre os fenômenos estudados. Os trabalhos são concebidos no sentido de submeterem

a teste hipóteses previamente elaboradas, algo evidente mesmo naqueles artigos que não as apresentam formalmente. As hipóteses, na sua maioria, especificam possíveis diferenças entre indivíduos *internos* e *externos* (estudos 6, 8, 10 e 13) ou tomam o construto *locus de controle* como moderador de relações entre outras variáveis (estudos 3, 4, 11, 12e14).

Outro traço característico desse grupo de pesquisa encontra-se na forma como são operacionalizadas as suas variáveis; no geral, trabalha-se com inúmeras variáveis, quase sempre construtos mensurados através de escalas, sendo a medida mais popular de *locus de controle*, a escala proposta pelo próprio Rotter, em sua forma completa ou abreviada. No geral, os autores fornecem indicadores de confiabilidade dos instrumentos empregados (o mais comum é o coeficiente alpha de Cronbach, com escores que se situam dentro dos padrões aceitos pela pesquisa na área). Análises fatoriais são recursos também empregados na validação desses instrumentos.

Poucos estudos têm utilizado medidas objetivas e independentes de características da estrutura/contexto organizacional (por exemplo, o estudo 7) e mesmo de desempenho/comportamento dos indivíduos. Por se lidar quase que exclusivamente com escalas que mensuram percepções dos sujeitos, não é possível se estabelecer a "medida em que tais percepções refletem diferenças objetivas ou são percepções seletivas de pessoas que já variam em *locus de controle*" (O'Brien, 1984, p.60).

Na sua maioria, os trabalhos não fornecem informações detalhadas sobre o seu processo de seleção das amostras (como o fazem os estudos 2 e 7) para se avaliar a sua representatividade. Fica-nos a impressão do uso de amostras de *ocasião* a que se reportava Freeman (1986). Verificam-se, inclusive, amostras de tamanho reduzido que, *a priori*, inviabilizariam o tratamento estatístico empregado (por exemplo o estudo 9).

Por serem trabalhos basicamente quantitativos (dados qualitativos foram relatados apenas no estudo 9), os procedimentos de análise são estatísticos; no geral os dados produzidos por escalas são tomados como possuindo um nível de mensuração intervalar, permitindo o uso de coeficientes de correlação de Pearson, o teste de diferenças entre médias e mesmo análises de regressão.

O Quadro 1 sumariza os principais resultados obtidos por esse conjunto de pesquisa.

Um segundo grupo de estudos - os *longitudinais* - tem uma frequência reduzida, embora autores que trabalham sobre o tema reconheçam as contribuições que trariam para a área, por incorporarem a dimensão temporal/processual na análise do seu objeto, permitindo a análise da direção da influência entre variáveis psicossociais e experiência de trabalho (Adrisani e Nestel, 1976). Nesta categoria estão incluídos os estudos de número 15 a 19, constantes do Anexo 1.

Praticamente inexistem diferenças na forma como as variáveis são mensuradas, na análise dos dados, na estratégia de delinear o estudo para buscar evidências empíricas para hipóteses previamente elaboradas. Esse grupo de trabalhos traz como novidade (especialmente os estudos 16 e 17) a possibilidade de se analisar o efeito de variáveis da situação de trabalho sobre o *locus de controle* dos indivíduos. Até então o *locus* vinha sendo tomado, basicamente, como variável independente ou moderadora; aqui, em segmentos dos estudos citados, ele se constitui em variável dependente.

VARIÁVEIS ESTUDADAS	INTERNOS	EXTERNOS
* Estilo de gerência preferido	participativo	diretivo
* Envolvimento com o trabalho	maior	menor
* Expectativa de que o desempenho se deve a recompensas	maior	menor
* Correlação autonomia-feedback-satisfação	maior	menor
* Intenção de deixar emprego quando insatisfeito	menor	maior
* Comprometimento organizacional	maior	menor
* Ascensão na carreira em ambientes que facilitam o auto-gerenciamento	maior	menor
* Relato de <i>stress</i>	menor	maior
' Satisfação com o trabalho, independente nível <i>stress</i>	maior	menor
" Resposta à frustração com comportamentos contraprodutivos	menor	maior

Quadro 1 - Diferenças entre *internos* e *externos* apontadas pelos estudos de corte transversal

À exceção do estudo 15, que apresenta medidas das variáveis em três momentos, os demais estudos limitam-se apenas a duas medidas das variáveis em intervalos de tempo diferenciados e empregam procedimentos estatísticos para comparação desses dois conjuntos de dados. Estão, assim, distantes de fornecerem descrições minuciosas das mudanças ou da contínua interação entre características do repertório dos indivíduos (no caso, *locus de controle*) e variáveis do contexto de trabalho.

O terceiro grupo de estudos - os *experimentais* - é integrado pelos trabalhos de número 20 a 23, do Anexo 1.

Reduzidos em número, os estudos experimentais caracterizam-se, como esperado, pela criação de situações especiais em que o desempenho de indivíduos *internos* e *externos* são medidos, manipulando-se algumas outras variáveis. À exceção do estudo 23, os três relatos consistem em experimentos fatoriais, delineamento tido como *superior* aos demais tipos de experimentos com grupos (McGuigan, 1976). A variável *locus* é manipulada via composição dos grupos ou díades de sujeitos; as demais variáveis independentes são manipuladas via instruções diferenciadas dadas pelos experimentadores aos sujeitos, manipulação do desempenho de participantes *especialmente* introduzidos no grupo, ou pela manipulação de resultados e/ou problemas apresentados aos sujeitos. Assim, as análises envolvem a identificação dos *efeitos principais* de cada variável independente (VI) sobre a variável dependente (VD) e dos *efeitos de interação*. No trabalho 23 o efeito da VI (*workshop* para desenvolver certas habilidades) é avaliado, algum tempo mais tarde, entre grupos de sujeitos que diferem em *locus*. Como o próprio autor reconhece, não há uma medida do desempenho dos sujeitos e a variável dependente é avaliada por meio de respostas a um questionário.

Todos os estudos desse grupo caracterizam-se por planejamentos que visam testar hipóteses, que são parcimoniosas e funcionam como guias para a experimentação. São, portanto, *experimentos confirmatórios* mais do que *exploratórios* (McGuigan, 1976). Assim concebidos, os estudos trabalham com grupos de sujeitos e os resultados são apresentados em termos grupais (medidas de tendência central e dispersão). Os trabalhos lidam com sujeitos *voluntários* e não relatam cuidados em controlar fontes de variação intersujeitos ao comporem os grupos que diferem em *locus*; fica-se, então, a desconhecer se até as clássicas variáveis pessoais - sexo, idade, escolaridade etc, foram controladas na composição dos grupos, como também, o controle de determinadas habilidades que poderiam afetar o desempenho na tarefa envolvida nos experimentos. Embora não existam informações sobre a equiparação dos grupos frente a essas variáveis extrínsecas, sabe-se que os elementos não foram alocados randomicamente aos grupos (outra estratégia de controle utilizada) por estes já diferirem em *locus de controle*.

Os trabalhos 20, 21 e 22 relatam vários cuidados na concepção da situação experimental de forma a controlarem (via manutenção da constância das condições) fontes de variância do contexto. A criação dessas situações experimentais confere a esse trabalho características de criatividade que não se encontram nos demais estudos, que são bastante homogêneos em termos metodológicos.

No que se refere à mensuração das variáveis dependentes, parece-nos bastante adequada (trabalhos 20, 21 e 22) a forma como o problema foi operacionalizado; as tarefas (comportamentos dos sujeitos na situação experimental) não têm elevado grau de artificialismo (especialmente o trabalho 21), são apropriadas para o exame da questão e tornam menos complexa a tarefa de integrar os resultados ao conjunto de conhecimentos disponíveis. Exceto o estudo 21, os demais lidam com várias medidas da variável dependente que, no entanto, são sumarizadas em escores globais dos indivíduos e, posteriormente, dos grupos, para efeito de comparação.

Baseado nos critérios propostos por Campbell e Stanley (1973) observa-se que os três primeiros trabalhos apresentam como problema básico de controle a composição dos grupos, onde não se sabe se variáveis relevantes foram ou não controladas. O trabalho 23, na realidade, caracteriza-se como um pré-experimento, pois não controla a maioria das fontes apontadas pelos autores como passíveis de afetar a variável dependente.

Do conjunto de estudos analisados nos três grupos até aqui, emergem algumas conclusões sobre a pesquisa na área, que foram apresentadas de forma bastante lúcida por O'Brien (1984):

- as correlações encontradas são fracas e se devem a problemas de mensuração, sendo os resultados de muitos estudos passíveis de interpretações diferentes;
- poucos estudos têm utilizado medidas objetivas da estrutura situacional, limitando-se a recolher percepções do empregado como indicadores de estrutura objetiva, o mesmo ocorrendo em relação a variáveis como desempenho e comportamento;
- a literatura tem se concentrado nos indivíduos que se situam nos extremos da escala, desprezando os escores intermediários; esses casos poderiam ter maior flexibilidade e melhor desempenho na situação de trabalho.

A ANÁLISE DOS TRABALHOS SOBRE *LOCUS DE CONTROLE* À LUZ DOS IMPERATIVOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO

Até o momento, as características metodológicas dos estudos analisados têm sido criticadas numa perspectiva que não questiona o modelo de ciência que os em-basa e condiciona suas decisões técnicas.

Nesse segmento, sinteticamente, apresentamos os pontos básicos que separam a concepção de pesquisa e, mais especificamente, de experimentação que norteia a análise experimental do comportamento (como concebida por Skinner e seguidores, sistematizada por Sidman (1976) e também apresentada por Johnston e Pennypacker, 1980) da concepção corrente e dominante de estudos na área da psicologia social e organizacional. Ao mesmo tempo, procedemos a uma análise dos trabalhos apresentados sobre *locus de controle* no segmento anterior sob o ponto de vista dessa outra corrente de pensamento científico em psicologia, na tentativa não só de salientar as claras divergências existentes, mas também de discutir possíveis intercâmbios.

A análise empreendida será apresentada em dois planos: um mais geral - epistemológico - e outro mais técnico, nos quais buscaremos as divergências que separam os modelos em questão.

A. Plano epistemológico-teórico:

Nesse nível, três pontos nos parecem relevantes na presente análise:

(1) Concepção de objeto de estudo da psicologia

Tal aspecto relaciona-se à questão central da construção científica que é o da natureza dos seus conceitos ou a definição de que parcela da realidade será tomada como objeto da investigação e a postura frente à forma com que representará essa realidade.

Definindo a psicologia como o estudo das interações organismo-ambiente (Todorov, 1989) e entendendo o comportamento como um processo biológico básico (Johnston e Pennypacker, 1980) a AEC se propõe a realizar a análise das contingências ambientais (no sentido abrangente a que se refere Todorov) que permitam o conhecimento das variáveis que explicam a variabilidade comportamental: os conceitos mentalistas, cognitivistas são descartados, mesmo quando tomados como inferências do comportamento observável, por não serem *verdadeiras* explicações para o comportamento. Embora o conceito de comportamento esteja presente em praticamente todas as abordagens psicológicas, a AEC o define de uma forma peculiar: tomado como um processo, a sua definição incorpora, necessariamente, a dimensão tempo. Johnston e Pennypacker (1980) discutem, a partir da definição de Skinner, todos os elementos que devem integrar o conceito de comportamento, visto como "uma porção da interação do organismo ou parte deste, caracterizada por um deslocamento detectável no espaço através do tempo que resulta em uma mudança mensurável de algum aspecto do ambiente", (p. 48)

Pode-se falar, como o faz Kimble (1989), em duas diferentes estruturas científicas na psicologia: uma *psicologia sem conceito* definida como o estudo do comportamento em termos observáveis, procura identificar os seus determinantes, tornando possíveis a sua explicação, predição e controle; uma *psicologia com conceitos* que trabalha sobre as noções de que (a) "a natureza impõe limites sobre o potencial para o desenvolvimento e determina a medida em que esse potencial se realiza" e, (b) "de que o comportamento de um indivíduo, num dado momento, é um produto conjunto do potencial realizado interagindo com um estado temporário" (p. 495). As variáveis intervenientes procurariam representar os limites impostos pelo equipamento genético e pelo potencial realizado na história de interação com o ambiente no estudo do indivíduo em seu estado presente.

As consequências dessa divergência na conceituação de objeto de estudo sobre o processo de investigação científica são óbvias. De fato, não se pode pensar uma ciência sem conceitos - estes são a matéria-prima de toda a atividade científica; a ênfase contrária ao uso de variáveis intervenientes por parte da AEC, prende-se, certamente, aos abusos com que elas têm sido usadas como explicações frágeis (porque mais fáceis...) desviando-se da busca dos antecedentes mais significativos dos fenómenos. Na realidade, como defende Williams (1986) "todos os termos teóricos, inclusive aqueles utilizados por behavioristas radicais que se vêem seguindo os ditames positivistas de Skinner, envolvem a postulação de entidades ou processos não observáveis como causas do comportamento. Em outras palavras, a construção teórica envolve, inerentemente, conjecturas sobre um nível da realidade não acessível à observação empírica direta" (p. 112).

O construto *locus de controle* situa-se, evidentemente, numa tradição cogniti-vista ou "mentalista", sobretudo quando entendido como um traço de personalidade. Seria, portanto, na perspectiva da AEC, um conceito descartável por não ter o poder de explicar, efetivamente, o comportamento dos indivíduos (da forma como os estudos o tomam).

A postura metodológica de cautela/restricção ao uso desses construtos não deve afastar da análise científica a categoria de fenómenos que buscam representar. Assim, *locus de controle* refere-se a uma classe de eventos passível de observação (quer via relatos verbais ou mesmo o comportamento) que parecem significativos na vida dos indivíduos (os estudos que diferenciam *internos* de *externos* têm o mérito de mostrar essa importância em várias facetas da vida no trabalho). Ajudar na compreensão desse conjunto de fenómenos poderia ser uma tarefa válida para os analistas do comportamento, considerando-se, especialmente, o fato de o construto envolver a noção de reforçamento, conceito central na AEC.

Tai caminho seria pertinente e viável? Um primeiro passo talvez envolvesse uma redefinição conceitual. *Locus de controle* poderia ser concebido como uma variável que *sumariza aspectos da história dos indivíduos* - as experiências e as contingências, ao longo do tempo, constroem repertórios diferenciados; esses repertórios tornam-se, também parte do ambiente e, como tal, afetam a probabilidade de outros comportamentos. É provável que os próprios estudos sobre esquemas de reforçamento forneçam pistas iniciais para a compreensão de como os indivíduos desenvolvem, ao longo de suas histórias, um conjunto estável de "crenças" acerca das relações entre o seu comportamento e as contingências ambientais. Quando discutem o

problema da variabilidade comportamental, Johnston e Pennypacker (1980) identificam como uma das suas fontes os *fatores do desenvolvimento*, ou seja, "mudanças no comportamento que são resultados de séries ordenadas de mudanças fisiológicas não cíclicas que têm lugar no organismo com a passagem do tempo" (p. 211); para os autores esse fator é pouco conhecido e raramente é estudado em ambientes bem controlados. Talvez, nesse plano, se possa inserir o trabalho com padrões comportamentais complexos, desenvolvidos ao longo da história do sujeito em duas perspectivas: compreender as contingências que o geraram e o mantêm, e tomá-lo como uma parte do ambiente que pode determinar outros comportamentos. Enfrenta-se, aí, o desafio de desenvolver metodologias capazes de incorporar os efeitos cumulativos das experiências ao longo de intervalos de tempo mais amplos do que os investigados, até aqui, em situação de laboratórios.

(2) Os produtos esperados da atividade científica **Uma ciência do comportamento individual**

O projeto da AEC tem compromisso com a busca de explicação do comportamento de indivíduos. Tal compromisso tem profundo impacto no plano metodológico. Entendendo a tarefa da ciência como a de explicar a variabilidade do comportamento individual, a AEC afasta-se de toda a tradição dominante de investigação que lida com grupos de sujeitos. A variabilidade intersujeitos não controlada nesses experimentos impediria a produção de princípios explicativos do comportamento individual (os dados que sumarizam um grupo podem não representar nenhum caso individual concreto). Como consequência desse conjunto de pressupostos, nasce a experimentação com o sujeito único que é tomado como seu próprio controle.

Esse tópico nos insere no dilema validade intrínseca x generalidade dos resultados de uma pesquisa. As duas correntes equacionam, de forma bastante diversa, esse conflito inevitável.

Para a AEC, a possível generalidade conseguida nos estudos que usam grupos de sujeitos é comprometida pela perda de controle dos fatores que afetam o desempenho de cada elemento; esse controle deve ser maximizado e a busca de generalidade deve ser conseguida na replicação (direta e, sobretudo, sistemática) do estudo realizado. Como afirma Sidman (1974): "na realidade, a replicação de um experimento com dois sujeitos estabelece maior generalidade dos dados entre os indivíduos de uma população do que a replicação com dois grupos de sujeitos cujos dados individuais foram combinados" (p. 79). Do outro ponto de vista, estudos com $n=1$ carecem de qualquer poder de generalização imediata, o que requer um lento processo de acúmulo indutivo de evidências.

Como tivemos oportunidade de ver, os estudos sobre *locus de controle* in-se-rem-se na "tradição grupai". Trabalha-se basicamente com amostras, inclusive nos estudos experimentais. Tais pesquisas, portanto, estão distantes de atingirem o nível de controle considerado necessário pela AEC.

Não se pode, entretanto, tomar o objetivo de uma ciência do comportamento individual como privativo da AEC; na tradição oposta, mesmo lidando com grupos, al-meja-se produzir modelos explicativos do comportamento dos indivíduos. Há, de fato, uma divergência em como controlar a variabilidade intersujeitos: lidar com um sujeito ou compor grupos equiparados ou randômicos.

Os experimentos sobre *locus de controle* poderiam beneficiar-se de um tratamento individual de cada integrante dos grupos - na realidade tais dados ficam disponíveis para o investigador, pois essa análise poderia fornecer *insights* significativos para o entendimento do impacto das variáveis independentes. Num segundo momento, o tratamento a nível do grupo poderia representar tentativa de alcançar maior generalidade - o experimento com grupo poderia ser tomado como um feixe de experimentos com $n=1$. Diante de n experimentos (um original e algumas replicações) a posição do experimentador não seria idêntica à daquele que se encontra diante de dados de vários sujeitos provenientes de um experimento de grupo? As medidas de grupo não seriam uma fórmula para se calcular a generalidade intersujeitos (algo que é "qualitativo" quando se comparam dados de dois experimentos isolados)?

Creio que este ponto de contato entre as duas abordagens metodológicas merece uma atenção maior por parte dos envolvidos na produção de conhecimento científico em Psicologia.

A busca de relações funcionais

A definição de comportamento como interação organismo-ambiente, num determinado tempo, é congruente com a decisão de que a tarefa de uma ciência do comportamento seria a de descobrir estas relações funcionais.

Predominantemente, no entanto, a ciência é concebida como uma atividade que tem como produto um corpo integrado de leis que formam uma teoria; essa teoria permite a dedução de novos enunciados que, submetidos ao confronto com a realidade (teste empírico) permitem o seu contínuo *ajustamento* à realidade.

Por considerar a teoria um empreendimento custoso e pouco produtivo no estágio inicial de construção de uma ciência do comportamento, esta foi substituída pela busca de relações funcionais ou princípios que relacionam comportamento e contingências ambientais. Tal posição tem suscitado críticas quanto à postura antiteórica da AEC. Como afirma Williams (1986), o próprio Skinner não vê sua posição como antiteórica e esse paradoxo deve ser entendido verificando-se que há diferentes estratégias de construção de teoria.

A ênfase mais empírica e nos processos indutivos adia a construção de uma teoria *acabada*, mas é uma estratégia que pode permitir acúmulo de generalizações empíricas mais fidedignas. Por outro lado não se deve minimizar o poder que têm as construções teóricas de fecundarem a atividade científica.

Os trabalhos analisados sobre *locus de controle*, embora inseridos na tradição nomotética¹ de pesquisa, não revelam esforço sistemático de construção teórica - esta atividade é bastante rudimentar, especialmente entre os estudos de corte transversal que não submetem a testes modelos explicativos mais complexos sobre o objeto de estudo. A rigor, a área organizacional como um todo carece de tentativas frutí-

¹ Orientação de pesquisa que busca estabelecer leis gerais a partir do estudo de um grupo de sujeitos, em oposição à orientação ideográfica, voltada para a compreensão de casos únicos, conforme distinção feita por Rickert (1945) e Allport (1961).

feras de integração teórica dos incontáveis fragmentos de conhecimento disponíveis (esse é um dos riscos que corre a ciência quando a atividade teórica é relegada a um plano muito secundário). Proliferam microteorias de escopo e abrangência limitados. No caso do estudo sobre *locus de controle*, como vimos, há um acúmulo de dados correlacionais que mais caracterizam padrões de *internos* e *externos* do que explicam os determinantes dessas diferenças.

Assim, independente das divergências que caracterizam as duas orientações de pesquisa, neste particular, os estudos sobre *locus* não se beneficiam de uma possível vantagem da estratégia nomotética. Mesmo inserido no campo da atribuição de causalidade, não se encontra aí uma teoria geral, mas vários *núcleos teóricos* quase independentes.

(3) A concepção de pesquisa como processo - o seu caráter exploratório

O terceiro aspecto inserido no plano mais geral - epistemológico/teórico - em que estamos confrontando duas abordagens metodológicas em psicologia relaciona-se com a dimensão de formalidade-informalidade a que se refere Bachrach (1975). Na tradição nomotética, os experimentos são concebidos a partir de questões significativas colocadas pelo contexto teórico em que se insere o trabalho. Esse contexto fornece as hipóteses e os experimentos são pensados para submetê-las a teste. Cada experimento é uma unidade discreta: novos experimentos são projetados e executados em função dos resultados obtidos naquele que se encerra.

A AEC confere ao experimento um caráter processual e exploratório por não o planejar para teste de hipóteses. Os arranjos experimentais são concebidos como ambientes em que se pode observar os efeitos de determinadas manipulações. Esta deve ser a postura do experimentador - a contínua observação de tudo o que acontece na situação, o que pode lhe permitir ajustar o rumo da experimentação a fenômenos novos e significativos que surjam (as descobertas acidentais).

A questão do teste de hipótese ou de se trabalhar ou não com hipóteses é ponto de intenso debate entre as duas orientações. Sejam hipóteses formalmente construídas, sejam micro-hipóteses, é fato que o experimentador trabalha com conjecturas; sua postura é de uma ativa busca de evidências que fortaleçam ou rechassem tais conjecturas; negar tal papel ativo, mesmo que a intenção seja a de preservar um grau maior de objetividade/neutralidade na condução da pesquisa, é uma estratégia que não só não ajuda a compreender a natureza da atividade científica como abre a possibilidade de que tais conjecturas não explicitadas exerçam de forma mais efetiva o papel direcionador conferido às hipóteses formais. Nessa situação criam-se dificuldades adicionais à crítica intersubjetiva, etapa última de validação de todo o conhecimento científico.

Os estudos analisados sobre locus de controle no contexto organizacional, coerentemente com a tradição em que se inserem, são concebidos para testar hipóteses. Estas são enunciadas em praticamente todos os trabalhos e são transformadas em hipóteses estatísticas para serem submetidas a testes. Seria interessante, e certamente benéfico para a área, incorporar algumas recomendações que conferissem maior caráter exploratório aos experimentos realizados. As situações experimentais criadas poderiam servir como ambientes controlados que permitissem observações mais minuciosas do comportamento dos sujeitos; para tanto elas deveriam

ser ampliadas em termos de número de sessões, ou mesmo de duração das sessões de forma a se poder captar mais ricamente a natureza processual do comportamento. No estudo 20, por exemplo, as estratégias escolhidas pelos sujeitos poderiam ser estudadas ao longo de várias sessões, podendo-se introduzir e retirar as variáveis independentes, atingindo-se uma visão mais completa do processo do que o simples cômputo de escores finais de cada estratégia escolhida. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado ao estudo 21, ao lidar com as escolhas feitas pelos sujeitos para conseqüenciarem produtos das tarefas dos trabalhadores fictícios. Esta estratégia *processual*, aliada a um tratamento de cada sujeito, traria enriquecimento significativo aos trabalhos e não é incompatível com a existência de hipóteses nem com o tratamento posterior dos dados grupais.

B. Plano técnico:

São inúmeras as diferenças técnicas que separam as duas concepções de experimentação em análise; tais diferenças são reflexos da interação das soluções encontradas para as questões gerais discutidas no segmento anterior. Assim, os aspectos técnicos, como por exemplo, as técnicas de controle experimental, são tão específicas de cada contexto de investigação que se torna difícil colocá-las em perspectiva. Há, entretanto, entre os aspectos técnicos, um que, pela sua natureza básica, será tomado, aqui, para efeito de análise - a questão da *mensuração*.

Johnston e Pennypacker (1980) fazem um interessante trabalho de reconstituir as origens históricas de duas grandes vertentes, frente à questão da mensuração científica, denominadas pelos autores de estratégias *vaganóticas* e *idemnóticas*. Tais estratégias divergem na forma como explicam a variabilidade comportamental, tida como intrínseca (*vaganóticos*) ou extrínseca (*idemnóticos*), da qual decorrem os padrões de pesquisa que vimos caracterizando como nomotético (lidar com grupos) e ideográfico (análise experimental do comportamento).

No que tange à mensuração, as divergências apontadas são as seguintes: a estratégia *vaganótica* caracterizar-se-ia, basicamente, por produzir medidas da variabilidade comportamental via construção de instrumentos como testes ou escalas, recorrendo a procedimentos estatísticos, inclusive para "nomear"/rotular parcelas da variabilidade medida (por exemplo, através de análises fatoriais). Outro ponto característico refere-se ao uso de procedimentos estatísticos para a tomada de decisão quanto a diferenças observadas após a introdução do tratamento experimental. Essa é a estratégia característica das ciências sociais e os autores são extremamente críticos quanto aos produtos que geram: "não permitem algo além de uma grosseira tecnologia de *screening* e *labeling*." (p.78).

Em oposição, a estratégia *idemnótica* segue a tradição de mensuração das ciências naturais e se caracteriza por produzir unidades de medida padrão (absolutas) que não se confundem com a mesma variabilidade do fenômeno que se quer investigar. No caso da psicologia, consiste em tomar o comportamento observável, nas suas múltiplas dimensões (frequência, intensidade, latência etc.) passíveis de quantificação, como objeto de análise e não construtos internos.

A variável *locus de controle* se insere, claramente, numa tradição *vaganótica* - trata-se de um construto mensurado através de escalas, não se tendo encontrado

qualquer estudo que o avaliasse de forma diferente. Assim mensurados, os escores não atingem os critérios que definem uma escala de razão ou proporcional, o que restringe os procedimentos matemáticos e estatísticos aplicáveis aos dados. Em consequência, os estudos são típicos da vertente vaganótica ao lidarem com grupos, ao aplicarem diversos procedimentos estatísticos para avaliar diferenças, ao utilizarem conceitos medidos através de escalas.

A questão do nível de mensuração atrela-se inevitavelmente à definição do objeto de investigação. É normalmente aceito que as ciências sociais, talvez pela especificidade do seu objeto, não trabalham com medidas proporcionais; a rigor, as medidas provenientes de escalas não deveriam ser consideradas sequer *intervalares* mas apenas *ordinais*. É consensual, também, que diferentes níveis de mensuração geram resultados diferenciados quanto ao refinamento da análise que permitem - isso, sem se questionar a apropriação da linguagem matemática pela psicologia (ponto que une tanto as estratégias vaganóticas quanto idemnóticas).

A mensuração do construto *locus de controle* não é uma questão tranquila, mesmo para os que trabalham na orientação vaganótica. Discute-se intensamente a sua natureza uni ou multidimensional e persegue-se a construção de escalas mais poderosas para medi-lo. Seria um desafio pensar-se em medidas da variável que não através do instrumental disponível; esse seria, no entanto, o passo inicial para permitir que novas abordagens metodológicas penetrem no campo e o enriqueçam.

Um outro aspecto relativo à mensuração e que merece ser destacado refere-se ao número de medidas efetuadas da variável dependente. A solução encontrada pela AEC para permitir múltiplas medidas do comportamento (registro de frequências) confere, além do caráter contínuo e processual a que nos referimos anteriormente, informações sobre a estabilidade das medidas. As discussões sobre estados estáveis e estados de transição mostram como as medidas repetidas podem conferir um nível elevado de controle na observação dos efeitos das manipulações.

A ausência de tal característica - controle do grau de estabilidade das medidas - constitui-se num sério problema e a ela tem sido creditada a ineficiência em replicar os resultados das pesquisas psicossociais (Epstein, 1980). Neste trabalho o autor apresenta, como alternativa, a agregação de comportamentos entre situações e/ou ocasiões, o que elimina os efeitos de fatores incidentais não controlados e aumenta a generalidade e confiabilidade das medidas. Ele demonstra o valor da agregação analisando cinco diferentes tipos de medidas - objetivas e subjetivas. Poder-se-ia ter, então, medidas repetidas em número suficiente para avaliar a sua estabilidade, mesmo lidando-se com dados de natureza variada.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise das características metodológicas dos estudos sobre *locus de controle* no contexto organizacional revelou uma área caracterizada sobretudo por estudos correlacionais, sendo esparsos os trabalhos longitudinais e experimentais. Os estudos são quantitativos e os dados intensivamente submetidos a tratamentos estatísticos (simples e complexos). Observa-se a falta de modelos teóricos mais abrangentes ao se explicar o conjunto de resultados - fragmentados - sobre as relações entre *locus* e variáveis do trabalho. Seguindo a tendência dos estudos sobre *diferenças indi-*

viduais nas organizações, observa-se que o construto *locus de controle* vem sendo, cada vez mais, tomado como variável moderadora de relações entre ambiente e produtos humanos na situação de trabalho.

Nesse sentido, os estudos se inserem em uma tradição de pesquisa psicológica que crê na necessidade de se usar construtos hipotéticos como elementos importantes na construção teórica. Recusando-se a trabalhar com tais construtos - mesmo quando entendidos como inferências de comportamentos observáveis - a AEC enfrenta, ao nosso ver, o grande desafio de incorporar, ao analisar o comportamento humano complexo, o estudo das fontes de variabilidade que foram eliminadas pela ida para o laboratório e pelo trabalho com animais infra-humanos, entre as quais os efeitos cumulativos das histórias desses sujeitos.

Tais características colocam os estudos analisados em uma vertente bastante divergente da pesquisa produzida pela AEC. Tais divergências foram parcialmente descritas naqueles aspectos julgados básicos para a compreensão da unidade que caracteriza cada uma das abordagens.

Ao realizar o confronto entre essas abordagens pautamo-nos por uma preocupação em maximizar a possibilidade de intercâmbio entre elas, ora buscando identificar aspectos da proposta metodológica da AEC que poderiam ser absorvidos pelos estudiosos de *locus de controle*, ora como os fenômenos descritos pelo conceito poderiam vir a ser objeto de investigação pelos analistas do comportamento. São, evidentemente, explorações iniciais e tímidas de um problema complexo. As posições de Cronbach (1967) que vislumbra a possibilidade de integrar as duas *psicologias* - a correlacional e a experimental, e de Epstein (1980) que vê a mesma possibilidade em relação às tradições ideográficas e nomotéticas, foram incentivos para a postura aqui adotada.

Uma atitude de cautela deve, no entanto, pautar esta tentativa de *integração*, para que ela não caia num ecletismo fácil. Tal cautela deve-se à consciência de ser controversa a tarefa de dissociar conceitos das metodologias que os geraram. Em que medida *locus* redefinido de forma a ser abordado por outra estratégia metodológica não é um outro conceito? Apesar das dúvidas, cremos valer que se aposte na busca de integração, embora devamos ter claro que dela estamos distantes (se é que se trata de uma meta atingível).

No estágio em que se encontra a pesquisa sobre *locus de controle* e os problemas que enfrenta, creio ser bastante salutar a injeção de novas abordagens metodológicas no campo. Este talvez seja o grande desafio para aqueles que desejam ampliar a compreensão dos determinantes do comportamento dos indivíduos na situação de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Almeida Filho, N. (1989). *Epidemiologia sem números* - uma introdução crítica à ciência epidemiológica. Rio de Janeiro: Campus.
- Allport, G.W. (1961). *Psicologia de la Personalidad*. Buenos Aires: Paidós.
- Andrisani, P.J., & Nestel G. (1976). Internal-external control as contributor to and outcome of work experience. *Journal of Applied Psychology*, 61(2), 156-165.

- Bachrach, A.J. (1975). *Introdução à pesquisa psicológica*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. Brewin, CR., & Shapiro, D.A. (1984). Beyond locus of control: attribution of responsibility for positive and negative outcomes. *British Journal of Psychology*, 75, 43-49.
- Campbell, D., & Stanley, J. (1973). *Disenos experimentales y cuasi experimentales en la investigación social*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Cronbach, L.J. (1967). The two disciplines of scientific Psychology. Em D. N. Jackson, & S. Messick. (Orgs.). *Problems in Assessment*. New York: McGraw-Hill Book Company. Pp.22-39.
- Daft, R.L. (1984). Antecedents of significant and not-so-significant organizational research. Em T.S. Bateman, & G.R. Ferris (Orgs.). *Method & Analysis in organizational research*. Reston: Reston Publishing Company INC. Pp. 3-14.
- Dubin, R. (1976). Theory building in applied áreas. Em M. D. Dunnette (Org.). *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*. Chicago: Rand and McNally College Publishing Company. Pp.17-39.
- Dubois, N. (1985). The dimensionality of locus of control among french students. *The Journal of Psychology*, 119 (6). 549-555.
- Duffy, P. J., Shiflett, S., & Downey, R. G. (1977). Locus of control dimensionality and predictibility using Likert scales. *Journal of Applied Psychology*, 62(2), 214-219.
- Epstein, S. (1980). The stability of behavior: II-Implications for psychological research. *American Psychologist*, 35(9), 709-806.
- Freeman, J. (1986). Data quality and the development of organizational social science: An editorial essay. *Administrative Science Quarterly*, 31, 298-303.
- Furnham, A., & Henry, J. (1980). Cross-cultural locus of control studies: Experiment and critique. *Psychological Reports*, 47, 23-29.
- Furnham, A. (1986). Economic locus of Control. *Human Relations*, 39, 29-43.
- Johnston, J. J., & Pennypacker, H.S. (1980). *Strategies and Tactics of Human behavioral research*. Hillsdale, N. Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Kimble, G.a. (1989). Psychology from the standpoint of a generalist. *American Psychologist*, 44(3), 491-499.
- Lundberg, C.C. (1984). Hypothesis creations in organizational behavior research. Em T.S. Bateman, & G. R. Ferris (Org.) *Method Analysis in organizational research*. Reston: Reston Publishing Company Inc. Pp. 35-42.
- McGrath, J. E. (1979). Toward a "Theory of Method" for research in organization. Em R. T. Mowday, & R. M. Steers (Orgs.). *Research in organization: Issues and controversies*. S. Mónica: Goodyear Publishing Company Inc. Pp. 4-21.
- McGuigan, F. J. (1976). *Psicologia Experimental: uma abordagem metodológica*. São Paulo: EPU.

- O'Brien, G. E. (1984). Locus of control, work, and retirement. Em. H. M. Lefcourt (Orgs.) *Research with locus of control construct*. (Vol.3)-Extensions and Limitations. New York: Academic Press. Pp.7-72.
- Palenzuela, D. L. (1984). Critical evaluation of locus of control: Towards a reconceptualization of the construct and its measurement. *Psychological Reports*, 54, 683-709.
- Pettersen, N. (1987). A conceptual difference between Internal-External locus of control and causal attribution. *Psychological Reports*, 60, 203-209.
- Rickert, H. (1945). *Ciência Cultural y Ciencia Natural*. Buenos Aires: Espasa-Calpa.
- Rotter, J. B. (1975). Some problems and misconceptions related to the construct of internal versus external control of reinforcement. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 43 (1), 56-57.
- Sidman, M. (1976). *Táticas da pesquisa científica*. São Paulo: Brasiliense.
- Spector, P. E. (1982). Behavior in organization as a function of employee's locus of control. *Psychological Bulletin*, 91(3), 482-497.
- Spector, P. E. (1988). Development of the Work Locus of Control scale. *Journal of Occupational Psychology*, 61, 335-340.
- Staw, B. M. (1984). Organizational Behavior: A review and reformulation of the field outcome variables. *Annual Review Psychology*, 35, 627-666.
- Todorov, J. C. (1989). A psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5(3), 347-356.
- White, J. D. (1986). On the growth of knowledge in public administration. *Public Administration Review*, 46, 15-23.
- Williams, B. A. (1986). On the role of theory in behavior analysis. *Behaviorism*, 14(2), 11-24.

Recebido em 20-02-91.

ANEXO 01

Amostra de estudos analisados sobre locus de controle na situação organizacional

N°	Referência
01	RUNYON, K. E. (1973). Some interactions between Personality variables and management styles. <i>Journal of Applied Psychology</i> , 57 (3). 288-294.
02	SZILAGYI, A. D., & SIMS, H. P. Jr. (1975) Locus of control and expectancies across multiples occupational levels. <i>Journal of Applied Psychology</i> , 60(5), 638-640.
03	KIMMONS, G., & GREENHAUS. J. H. (1976). Relationship between locus of control and reactions of employees to work characteristics. <i>Psychological Reports</i> , 39, 815-820.
04	SPECTOR, P. E., & MICHAELS. C. E. (1986) Personality and employee whithdrawal: effects of locus of control on tumover. <i>Psychological Reports</i> , 59, 63-66.
05	LUTHANS, F., BAACK, D., & TAYLOR, L. (1987). Organizational commitment: analysis of antecents. <i>Human Relations</i> , 40(4), 219-236.
06	ABEL, B. J., & HAYSLIP, B. (1986) Locus of control and attitudes toward work and retirement. <i>The Journal of Psychology</i> , 120(5), 479-488.
07	HAMMER, J. H., & VARDI, Y. (1981). Locus of control and career self management among monsupervisory employees in industrial settings. <i>Journal of Vocational Behavior</i> , 18,13-29.
08	PERREWÉ, P., & MIZERSKI, R. W. (1987) Locus of control and test complexity in perceptions of job dimensions. <i>Psychological Reports</i> , 61(1), 43-49.
09	JENNER, J. R. (1986) Powerful other, nonwork factors and organizational stress. <i>Psychological Reports</i> , 55(1), 103-109.
10	DAILEY, R. C., ICKINGER, W., & COOTE, E. (1986) Personality and role variables as predictors of tension discharge rate in three samples. <i>Human Relations</i> , 39(11), 991-1003.
11	CUMMINS, R. (1989) Locus of control and social suport: Clarifiers of the relationship between job stress and job satisfaction. <i>Journal of Applied Psychology</i> , 19(9), 772-788.
12	GRIFETH, R. W., & HOM, P. W. (1988). Locus of control and delay gratification as moderator of employee tumover. <i>Journal of Applied Social Psychology</i> , 70(15), 1318-1333.
13	REITZ, H. J., & JEWELL, L. N. (1979). Sex, locus of control and job involvement: A six-country investigation. <i>Academy of Management Journal</i> , 22(1), 72-80.

- 14 STORMS, P. L., & SPECTOR, P. E. (1987). Relationship of organizational frustration with reported behavioural reactions: The moderating effect of locus of control. *Journal of Occupational Psychology*, 60, 227-234.
- 15 TIGGEMANN, M., & WINEFIELD, A. H. (1989). Predictors of employment, unemployment and further study among school-leavers. *Journal of Occupational Psychology*, 62, 213-221.
- 16 ANDRISANI, P. J., & NESTEL, G. (1976). Internal-external control as contributor to and outcome of work experience. *Journal of Applied Psychology*, 61(2), 156-165.
- 17 ANDERSON, C. R. (1977). Locus of control, coping behaviors, and performance in a stress setting: A longitudinal study. *Journal of Applied Psychology*, 62, 446-451.
- 18 BLAU, G. (1987). Locus of control as a potential moderator of turnover process. *Journal of Occupational Psychology*, 60, 21 -29.
- 19 DURAND, D., & SHEA, D. (1974). Entrepreneurial activity as a function of achievement motivation and reinforcement control. *The Journal of Psychology*, 88, 57-63.
- 20 JULIAN, J. W., & KATZ, S. B. (1968). Internai versus externai control and the value of reinforcement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 8, 89-94.
- 21 GODSTADT, B. E., & HJELLE, L. A. (1973). Power to the Powerless: Locus of control and the use of power. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27, 190-196.
- 22 CRAVENS, R. W., & WORCHEL, P. (1977). The differential effects of rewarding and coercitive leaders on group members differing in locus of control. *Journal of Personality*, 45, 150-168.
- 23 THORNTON, G. C. (1978). Differential effects of career planning on internais and externais. *Personnel Psychology*, 31, 471-476.